



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÊNIO DE 2017/2021**

ATA NÚMERO DOZE

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas dez horas, no Auditório do Pavilhão Multiusos, reuniu, ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme o ponto 1, do artigo 27º, da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto um ponto um) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto um ponto dois) - Apreciação e votação da ata da sessão de vinte e dois de Fevereiro de 2019. -----

----- Ponto um ponto três) – Período para intervenções. -----

----- Ponto dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto dois ponto um) - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal. -----

----- Ponto dois ponto dois) – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano financeiro de 2018. -----

----- Ponto dois ponto três) – Apreciação e votação do Relatório de Gestão do ano financeiro de 2018. -----

----- Ponto dois ponto quatro) – Apreciação da Análise Económico-financeira do ano de 2018. -----

----- Ponto dois ponto cinco) – Conhecimento da Certificação Legal das Contas do Município de Vimioso – Relato sobre Auditoria das Demonstrações Financeiras. -----

----- Ponto dois ponto seis) – Apreciação e votação da Utilização do Saldo da Gerência de 2018. -----

----- Ponto dois ponto sete) – **Apreciação e votação da Modificação número 7 Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 2 do ano contabilístico de 2019.** -----

----- Ponto dois ponto oito) – **Apreciação e votação da Modificação número 7 Revisão ao Orçamento da Receita número 1 do ano contabilístico de 2019.** -----

----- Ponto dois ponto nove) – **Apreciação e votação da Modificação número 7 Revisão ao Orçamento da Despesa número 2 do ano contabilístico de 2019.** -----

----- Ponto dois ponto dez) – **Apreciação e votação da Modificação número 7 Revisão ao Plano de Atividades Municipais (PAM) número 1 do ano contabilístico de 2019.** -----

----- Ponto dois ponto onze) – **Apreciação e votação do Inventário do Património Municipal.** -----

----- Ponto dois ponto doze) – **“Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso. Compromisso Plurianual. Apreciação e votação da emissão de autorização prévia para celebração do protocolo de cooperação entre a Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (ACBRM) e os seis municípios do Solar da Raça Mirandesa, para realização do concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa para os anos de 2019 a 2014”**-----

----- Ponto dois ponto treze) – **Apreciação e votação da indicação de três elementos de idoneidade reconhecida, Diretor da Escola EB 2,3 de Vimioso, Presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Vimioso, e Representante do Centro de Saúde de Vimioso, para integrem o Conselho Municipal de Segurança.** -----

----- Ponto dois ponto catorze) - **Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- **Ponto três) – PERÍODO PÓS ORDEM DO DIA.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. A senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram presentes: José Baptista Rodrigues, José António Cerqueira da Costa Moreira, Manuel Fernandes Oliveira, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires, Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento, Alexan-

dra Manuela Freire Brás Tomé, Manuel João Ratão Português, Carlos Manuel Meirinho Martins, Sandra Manuela Carvalho Vila, Vítor Américo Calvelhe Pires, Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues, José Manuel Miranda, Manuel João Fernandes Preto, Olga Isabel Salazar Fernandes, Hélder Domingos Ramos Pais, Joana Filipa Carvalho Pires, Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues, Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão, Manuel Emílio Fonseca João, José Manuel Alves Ventura, Luciano Lopes Alves e José Amadeu Vara Rodrigues. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, António Jorge Fidalgo Martins, e os senhores vereadores António dos Santos João Vaz, Sérgio Augusto Pires, António Eduardo Lopes Padrão e Valentim Carvalho Sena. -----

----- **Ponto dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs dois votos de pesar pelo falecimento da mãe do senhor deputado Serafim João e pela mãe do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso. Os votos foram aprovados por unanimidade. Fez-se um minuto de silêncio. -----

----- **Ponto um ponto um) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pela senhora segunda secretária foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto um ponto dois) - Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de vinte e dois de fevereiro de 2019.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi colocada a ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não votaram os senhores representantes da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Manuel João Fernandes Preto e Olga Isabel Salazar Fernandes representante da Junta de Freguesia de Carção, por não terem estado presentes na sessão anterior. -----

----- **Ponto um ponto três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Hugo Rodrigues. Disse: “Queria colocar aqui uma questão, ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente a um evento que se realizou no dia trinta de março em Bragança, um encontro com os autarcas da região norte, com os vários presidentes das comunidades intermunicipais da região norte, empresários, também da região norte, e supo-

nho, também, algumas instituições de ensino da região norte. O encontro foi sobre um memorando de entendimento conducente à implementação das regiões administrativas em Portugal Continental. Penso que era este o título, se não for o Senhor Presidente da Câmara poderá esclarecer. Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara nos fizesse um resumo deste encontro, para sabermos mais ou menos o que foi discutido e apresentado, e eu, a título pessoal, se fosse possível gostava que depois disponibilizasse na íntegra o memorando que foi apresentado”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Dizer ao Senhor deputado Hugo Rodrigues que esta iniciativa é uma iniciativa que partiu de um conjunto de autarcas a título individual. Portanto, o convite que eu recebi, recebi-o como autarca. Estava aberta a sessão a todas as pessoas que quisessem participar. Digamos que quem lidera esta iniciativa de debate sobre a questão da implementação das regiões administrativas é o meu colega Paulo Cunha, Presidente da Câmara de Famalicão. Todos os autarcas do norte, que eu saiba sem exceção, se associaram. Quem interveio foram Presidentes da CIM/s. Intervieram elementos do Ensino Superior, das Universidades do Minho, de Trás-os-Montes, também do IPB. Intervieram ainda, outras pessoas que o quiseram fazer. Esteve o Presidente da Câmara de Braga, que também é o Presidente de uma CIM, esteve o Presidente da Área Metropolitana do Porto, que é o Presidente da Câmara de Gaia e esteve também o Presidente da Câmara do Porto que afirmou, claramente, que tínhamos que defender a regionalização, e que não queria que a capital da região do norte fosse o Porto. Não queria mesmo, ele deixou isso bem claro. Como vocês sabem, há uma comissão na Assembleia da República para estudar o processo da regionalização, da descentralização que é dirigida pelo engenheiro João Cravinho, composto por partidos políticos, organizações, ensino superior, etc. O que se está a tentar fazer e o que ali se disse, sinteticamente, é que é imperioso implementar regiões administrativas, que é imperioso que isso seja feito o mais rapidamente possível, isto é, que seja feito no início da próxima legislatura. Depois, há defensores que acham que tem que ser com o referendo, há outros que acham que se tinha de fazer uma alteração à Constituição não precisando de referendo. Defendeu-se que há cinco regiões planos e, portanto, não vale a pena discutir muito a geografia ou o mapa das regiões porque isso vai causar proble-

mas que podem impedir a regionalização. Mas, também houve quem dissesse, se for o norte com a actual CCDR a região plano a NUT II do norte, o Porto será outra Lisboa. O objetivo é lançar o debate aberto para a sociedade civil e também, que o Governo e a Assembleia da República percebam que há um movimento muito genuíno.-----

----- Usou da palavra o senhor representante da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Manuel João Fernandes Preto. Disse: “Como estou a representar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira, o professor Licínio Martins, não podia deixar de agradecer a todos aqueles que participaram direta ou indirectamente na Feira do Pão de Caçarelhos que foi um grande sucesso. A todos os expositores, aos donos dos touros de raça mirandesa, que proporcionaram magnificas lutas de touros e que deram um bom espetáculo. Agradecer a todos e dar os parabéns às gentes de Caçarelhos porque tem sido um sucesso de ano para ano. Mas agradecer principalmente ao professor Licínio porque fartou-se de trabalhar, é um homem dinâmico e competente para tudo. Também ao Senhor Vereador Sérgio Pires, a toda a Câmara Municipal de Vimioso, a todos os expositores, a todos aqueles que participaram e ajudaram como os bombeiros, etc. O meu muito obrigado a todos e parabéns a Caçarelhos, parabéns pela Feira do Pão de Caçarelhos”. -----

----- Usou da palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Algosos, Campo de Víboras e Uva, Cristina Miguel Rodrigues. Disse: “Em primeiro lugar e, antes de falar da nossa feira que é de todos, é de Algosos, mas também é de todos, elogiar a feira de Caçarelhos a Feira do Pão e também a Feira da Rosquilha. Elogiar estes eventos porque é isto que traz gente ao concelho, é isto que promove as nossas aldeias, com pouca gente mas, que nesses dias, se enchem de gente e isso é muito bom. Da minha parte e como não vou auto-elogiar-me, agradecer à Câmara Municipal e dizer a todos, que sem a Câmara Municipal seria impossível nós realizarmos estes eventos. Como sabem, a nossa verba da junta, não é assim tão grande, há muita coisa para fazer. Fiquei muito orgulhosa das gentes da minha terra que participaram, e vi muita gente que aqui está visitar a minha terra, e espero que para o ano aqueles que não foram este ano fiquem com vontade de voltar e de ir a Algosos. Eu digo sempre: quem vai a Algosos, volta a Algosos”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “Já agora gostaria de também agradecer quer à União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira e à Presidente da União das Freguesias de Algosó, Campo de Víboras e Uva, e ao Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo, o meu muito obrigado pelas festas que proporcionaram. Infelizmente não pude estar presente porque estava em serviço no exterior. Tive muita pena mas não pude estar presente, mas as pessoas que estiveram nas festas vieram dar-me essa informação muito positiva e com muita alegria, tanto da festa em Argozelo, Caçarelhos e Algosó. Pessoas que nunca tinham ido a Algosó e que foram, e que nunca mais na vida deixam de ir, isso também aconteceu com pessoas da minha terra que gostaram muito de lá ir. Portanto muito obrigado às Juntas de Freguesia que proporcionaram estas festas ao nosso concelho”. -----

----- **Ponto dois) - PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto dois ponto um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade Municipal.** -----

----- Todos os membros estavam na posse da informação. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- o Senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite que, dada a complementaridade dos dois pontos, fossem discutidos em conjunto, sendo que a sua votação decorreria separadamente. -----

----- **Ponto dois ponto dois) – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano financeiro de 2018.** -----

----- **Ponto dois ponto três) – Apreciação e votação do Relatório de Gestão do ano financeiro de 2018.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: Os documentos de prestação de contas de dois mil e dezoito, foram aprovados em sede de reunião de câmara, por maioria, com as abstenções dos colegas, senhores vereadores, do Partido Socialista. Resulta, sinteticamente, do relatório de gestão: -- O orçamento da Receita e da Despesa, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipais para o ano financeiro de 2018, foram aprovados em 11 de dezembro 2017 pela Câmara Municipal e em 22 de dezembro do mesmo ano, pela Assembleia Municipal, num total de 10.045.727.45€. -----

Ao longo do ano, motivados pela normal gestão dos recursos financeiros do Município, foram aprovadas várias alterações e revisões do orçamento da receita e da despesa.-----

Em termos gerais temos que:

O saldo da gerência seguinte é de 2.257.136,22€ em operações orçamentais.

A **Receita** em 2018 totalizou 8.852.776,34€.

É bem evidente uma supremacia das receitas correntes representando 88,51% das receitas totais do ano de 2018, a que corresponde o montante de 7.835.943.52€, por contraposição aos 11,49 das receitas de capital, com um valor de 1.016.832,82€.

Ressalta uma subida da Receita Total no valor de 210.806,05€, relativamente ao ano anterior.

Quanto à despesa o valor foi de 8.383.433,67 euros.

Regista-se uma supremacia das despesas correntes com 81,84% a que corresponde um volume de fundos de 6.861.042,95€, por contraposição aos 18,16% das Despesas de Capital, com um valor de 1.522.390,72€.

De assinalar a presença intermédia das despesas com a Aquisição de Bens e Serviços Correntes, as Despesas com Pessoal, e Aquisição de Bens de Capital com uma expressão 37,72%, 32,03% e 12,89% respectivamente, no contexto das despesas totais.

Ressalta que a despesa registou no ano de 2018, face ao ano de 2017, um decréscimo de 787.773,28€.

NO QUE CONCERNE À EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI e PAM):

O grau de execução foi de 54,03%.

Do ponto de vista da continuidade do modelo de desenvolvimento definido, foi realizado um conjunto de obras/ investimentos/ transferências das quais se destacam:

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vimioso (148.089,92.00€);

Aquisição de Bens e Serviços para o Balneário Termal (182.362,11.00€);

Apoio aos Estudantes do Ensino Secundário e Superior (64.846,16€);

Regeneração Urbana-Reabilitação dos Espaços Públicos em Vimioso (64.024,00€);

Aquisição de Imóveis no concelho (65.000,00€);
Aquisição de Terrenos no concelho (55.300,00€);
Construção/Beneficiação/Conservação e/ou Reparação de Passeios e/ou Muros no concelho (60.552,93€);
Construção/Beneficiação/Reparação de Arruamentos Diversos – Lado Nascente do Rio Maçãs (84.730,33€);
Construção/Beneficiação/Reparação de Arruamentos Diversos – Lado Poente do Rio Maçãs (72.747,44€);
Exploração/Manutenção dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais no Concelho (227.164,15€);
Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (322.634,19€);
Exploração/Manutenção/Tratamento e Avaliação da Qualidade da Água das ETAS do Concelho para Consumo Humano (195.024,83€);
Construção/Reconstrução de Açudes no rio Maçãs para Reforço do Abastecimento de Água, (61.892,11€);
Reabilitação da Biblioteca Municipal de Vimioso (141.629,98€);
Prestação de Serviços Especializados, Publicidade, Alugueres e outros Serviços (118.080,75€);
Apoio às Associações Culturais e/ou outras (58.300,00€);
Energia Elétrica/Remodelação/Ampliação de Rede de Iluminação Pública (584.377,82);
Interface Rodoviário de Vimioso (103.900,43€);
Aquisição/Reparação/Manutenção do Hardware e/ou Software (62.102,50€);
Aquisição de Viaturas (57.000,00€);

AS TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Permite constatar que se mantém a estreita colaboração do município com as diversas instituições:

As instituições sem fins lucrativos continuam a ser apoiadas, (AHBV de Vimioso, clubes de futebol, Associação de criadores de bovinos de raça mirandesa, OPP de Palaçoulo, Centro Socio-cultural etc.);

Finalmente reportando-me à **Dívida do Município** podemos verificar:

- O cumprimento dos limites de endividamento.
- Pagamento atempado a fornecedores e a empreiteiros.
- A autarquia continua com prazos de pagamento muito curtos.

- Apreciação e votação da análise económico-financeira do ano financeiro de 2018:

Resulta da presente análise económico-financeira que, comparativamente a 31 de dezembro de 2017, a situação financeira do município à data de 31 de dezembro de 2018, evoluiu favoravelmente, registando:

- Aumento dos fundos próprios em 789 mil € (4,4%);
- Redução do passivo em 840 mil€ (4,8%);
- Redução do ativo total em 51 mil €;
- Equilíbrio financeiro do município;
- O município cumpre o princípio orçamental de equilíbrio uma vez que a despesa corrente se encontra coberta pela receita corrente;
- Cumprimento da legislação aplicável quanto aos limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o dois ponto dois à votação tendo sido aprovado por maioria. Abstiveram-se os senhores deputados, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Carlos Manuel Meirinho Martins, Vítor Américo Calvelhe Pires, José Manuel Alves Ventura, Luciano Lopes Alves e José Amadeu Vara Rodrigues. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por maioria, absteve-se o senhor deputado Vítor Américo Calvelhe Pires. Ponto dois ponto três foi aprovado por maioria. Abstiveram-se os senhores deputados Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Carlos Manuel Meirinho Martins, Vítor Américo Calvelhe Pires, José Manuel Alves Ventura, Luciano Lopes Alves e José Amadeu Vara Rodrigues. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Ponto dois ponto quatro) – Apreciação da Análise Económico-financeira do ano de 2018. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Essa análise económica e financeira é feita pela empresa de revisores de contas que os senhores membros da Assembleia dispõem e permitam-me sintetizar esta análise económico-financeira no seguinte: resulta da presente análise económico-financeira que comparativamente a trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, ou seja um ano depois, a situação financeira do município evoluiu fa-

voravelmente, registando um aumento de fundos próprios em 4,4%, ou seja, em 789.000.00 €, uma redução do passivo em 840.000.00 €, uma redução do ativo total em 51.000.00 €, e continuamos como já tinha dito antes com o equilíbrio financeiro do município. O município continua a cumprir o princípio orçamental de equilíbrio, uma vez que a despesa corrente se encontra coberta pela receita corrente. E, finalmente, regista esta análise o cumprimento da legislação aplicável quanto aos limites do endividamento líquido e de médio e longo prazo do nosso município”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Vítor Calvelhe Pires. Disse: “Passados quarenta e cinco anos da Revolução de Abril, a palavra liberdade nos dias de hoje é visível nas nossas ações, pensamentos e convicções. Ao longo da minha vida, pude usufruir dessa liberdade em toda a sua plenitude, sem estar sujeito a pressões de nenhuma índole. Poder expressar as minhas convicções sem receio é uma das conquistas que muito me orgulho, tanto no contexto pessoal como profissional. É sobre a lapela desta minha liberdade que hoje me dirijo a vós. Tenho por princípio de vida, analisar, fundamentar e ponderar as minhas decisões de forma sustentada. Seria incapaz de pautar as minhas ações pela regra de uma tal ex-ministra de uma coligação de um governo PSD/CDS que assinou um despacho de cruz à saída da praia. Li e dentro do que li e do que me foi mostrado por este relatório e análise económico-financeira de dois mil e dezoito, cheguei a algumas conclusões. O principal objetivo de um relatório de contas e sua análise económico-financeira, é colocar à disposição das partes interessadas toda a informação que permita uma correta avaliação do desempenho, constituindo uma oportunidade para explicar aos diversos interessados, as prioridades estratégicas de exercício, caracterizar a atividade e analisar o seu efeito do ponto de vista económico-financeiro. Isto é o que se pretende de uma leitura e análise destes documentos. Após a leitura dos mesmos cheguei a várias conclusões. Uma delas, e a mais imediata, é que o atual executivo do município, deveria quanto a mim, reclamar o dinheiro pago à sociedade que elaborou tal relatório. Isto porquê? Por muito que esteja colocado de facto nas tabelas, não ponho em questão minimamente o rigor técnico e a execução municipal, este relatório, quem o ler, parece que foi feito por um estagiário. Isto porquê? A análise económico-financeira limita-se pura e simplesmente a transcrever por extenso os números que surgem nas várias rubri-

cas sem explicar devidamente a sua origem, a sua desagregação e a sua repercussão. Posso dar aqui um exemplo, surgem na rubrica de pagamentos várias menções relacionadas com a reposição de subsídios de investimento que são parcialmente compensados em dois mil e dezasseis pela especialização de subsídios. Gostaríamos de saber quais subsídios, que valores tiveram de devolver no âmbito desses subsídios, quais os novos valores a devolver e a que projetos se referem. Também gostaria de comentar a execução orçamental, ou seja a sua reduzida taxa de execução orçamental, estamos a falar de pouco mais de metade da execução orçamental relativamente à previsão orçamental para o mesmo ano. Podemos concluir, nesta situação, que houve muito pouca preocupação ou quase nenhuma na consecução de metas e objetivos orçamentais. Isto pode levar à conclusão que temos, ou uma gestão digamos, de serviços mínimos, ou então não há preocupação por parte do município em estabelecer políticas de investimento, de fixação de jovens, por exemplo, no nosso concelho. Há uma total ausência de políticas de desenvolvimento e fixação de capitais exteriores que potenciem a economia local. É que, quanto a mim, não basta para fixar pessoas consecutivamente através de empregos políticos que se criam. Eu entendo que quem andou a abanar bandeiras na campanha tenha legítimas aspirações a ver o seu voto compensado por qualquer contrato laboral para ele ou para as suas famílias, mas isso por si só não chega. Concordo, sim senhor, com uma afirmação da conclusão da análise económico-financeira que diz o seguinte e passo a citar: “gerir um município, uma câmara municipal em particular, é acima de tudo garantir aos munícipes no presente a melhor qualidade de vida sem comprometer o futuro”. Concordo plenamente. No entanto, depois de analisar alguns destes documentos, verificamos, por exemplo, que as receitas próprias da autarquia, apenas suportariam metade dos salários deste município durante o ano. A sua atividade municipal sustenta sem subsídios provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro do Fundo Social Municipal, que é óbvio, isto trocado por miúdos quer dizer o seguinte: a câmara municipal, neste momento, está a suportar custos a longo prazo, tais como por exemplo salários, com receitas a curto prazo, que são os tais subsídios, o mesmo quer dizer que não se está a garantir o futuro, mas sim a hipotecar o futuro. Gostaria também de falar aqui no Plano de Investimentos de uma despesa que verifiquei, relativamente às despesas com o balneário

termal, 182.000.00 euros. Um dia, seria importante sabermos detalhar individualmente as contas da gestão das termas, qual o seu peso na câmara que tem que suportar esta unidade aberta e qual o verdadeiro custo económico-financeiro para o município. Em conclusão, trata-se de um relatório que se limita a apresentar números sem colocar plenamente à disposição das partes interessadas toda a informação que permita a correta avaliação do desempenho. Obviamente, sairemos daqui com a aprovação deste documento pela mesma regra e eu voto de cruz que assim a doutrina o obriga”.

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Muito obrigado pela intervenção, Eu não sei se o relatório foi feito por um estagiário ou não, mas não pode ser, uma sociedade de revisores de contas tem estagiários mas tem que ter seniores, isto é de lei senão nem podiam concorrer. Está assinado por uma Revisora Oficial de Contas. Não sei se foi feito por um estagiário, nem sequer vou comentar a capacidade técnica de uma sociedade de revisores de contas. Se o senhor deputado insinua que esta análise económico-financeira, e a seguir a certificação legal de contas, é feita à medida do que a câmara quer, está completamente enganado. Se quer que lhe diga, nem conheço os revisores de contas. Às vezes vou às divisões quando eles estão lá e é a chefe de divisão financeira que me diz: estes senhores são da sociedade de revisores de contas. Apenas os cumprimento. A melhor forma é, exatamente, separar as águas com total transparência. É evidente que se trata de uma análise económico-financeira que resulta de tudo aquilo que os revisores solicitaram à câmara municipal, aos serviços, que está ali na mesa da Assembleia e que pode analisar. É evidente que estamos sempre disponíveis, tratando-se de aspetos muito técnicos da parte contabilística e se quisermos da lei das finanças locais. São sempre aspetos muito técnicos que podemos, a qualquer momento, como fizeram os senhores vereadores em reunião de câmara, solicitaram esclarecimentos. Relativamente à questão dos subsídios, não estou a ver exatamente quais são os que acontecem, mas às vezes quando se trata da reposição de subsídios, tem a ver quando as contas ou as transferências foram feitas incorretamente ou houve algum lapso e depois é necessário obviamente corrigir essas situações. De facto, a taxa de execução é baixa mas não é negativa. Sublinho que se refere ao PPI. Explico-lhe, como expliquei aos senhores vereadores, a razão: atraso nas obras da câmara municipal e atraso na central de ca-

mionagem. É aí que está a grande justificação. Se não este plano subiria para aquilo que tem sido normal que é entre os setenta e oitenta por cento. Cinquenta e quatro é baixo, significativamente baixo reconhecimento, não é negativo mas tem a ver exatamente com esses constrangimentos com que nos vimos confrontados porque essas obras, de acordo com o concurso que foi lançado, deviam ter sido concluídas no ano de dois mil e dezoito, se calhar até antes porque já tiveram prorrogações sucessivas. Não se trata de uma gestão de serviços mínimos. O senhor deputado diz assim: a câmara tem poucas receitas próprias. É fácil ter receitas mais altas, aumentamos os impostos aos munícipes. É isso que quer? É muito fácil ter receitas mais altas, de onde vêm as receitas da câmara? No IMI fixamos nas taxas mínimas, o senhor deputado está a defender para o IMI taxas máximas? Quando diz que a câmara não tem recursos próprios, a única forma de a câmara ter recursos próprios é aumentar os impostos, não há outra forma. Por isso é que vê municípios do litoral porem taxas turísticas, nós não vamos pôr taxas turísticas, obviamente, também não íamos ter receitas das taxas turísticas, teríamos muito pouco. Depois voltam com a questão, mas a liberdade permite isso tudo, com a questão dos empregos políticos que não chegam. Não vou comentar! Depois que só paga metade dos salários, isto mostra claramente a grande dependência que municípios como o nosso têm das transferências do orçamento de Estado. Mas as transferências do FEF também são receitas próprias. Municípios como o nosso, estão completamente dependentes das transferências do Orçamento do Estado. Isto é evidente. A Câmara do Porto, a Câmara de Lisboa têm mais receitas próprias, sem FEF do que transferências do Orçamento de Estado, percebe-se porquê. Agora diga-me, qual é o município do interior e da nossa dimensão, que não dependa acima de setenta por cento das receitas do Orçamento do Estado? Não há nenhum, este é que é o grande problema, que é a situação da falta de investimentos e de incentivos que impossibilitam os investimentos no interior. Estive, na terça-feira, na Assembleia da República, na Comissão de Economia e Inovação e Obras Públicas. Um colega dizia "Isto não é um plano nacional de investimentos, isto é um plano litoral de investimentos". Basta olhar para o plano nacional de investimentos, e ele tem razão. E se assim não fosse, o Partido Socialista de Vimioso, não teria tido necessidade de apresentar uma moção que mais não é do que dizer ao Governo que se está a portar mal com o con-

celho de Vimioso. Aí está aquilo que acabou de dizer. Quanto ao Balneário Termal, o que aí está, e veja a transparência, transparência total tem aí 182.000.00 euros, ainda é mais porque não estão aí os custos de energia, da limpeza, há mais. Oiça, mas estão lá postos de trabalho, estão lá pelo menos cinco postos de trabalho. O PINTA dá lucro? Não dá, dá prejuízo, mas estão lá postos de trabalho. Mas, o objetivo de uma câmara municipal é dar lucro? O objectivo do Estado é dar lucro ou é servir as pessoas? Quando me dizem que temos de atrair para cá gente, eu acho que com as termas atraímos gente, cada vez está a vir mais gente às termas, cada vez está a vir mais gente ao PINTA, é assim, com infraestruturas, dinamizando e potenciando os recursos endógenos que nós podemos atrair gente ao território. Eu ando a trabalhar no sentido de ver se conseguimos, o que é muito difícil, que algum investidor queira investir na área turística ou hoteleira próximo das termas. Já fiz vários contactos continuo a fazê-los, estamos a trabalhar nesse sentido, mas é preciso que as pessoas venham. Há dias fomos contactados por um particular, queria vir cá ver um terreno para investimento cinco hectares, recebemos um email ontem a dizer não. Para essa cultura, agradecemos mas, o nosso foco vai ser para o Alentejo que é onde se poderá desenvolver melhor essa cultura. Aquilo que dizia o Senhor Presidente da Assembleia na sua intervenção é que se não fosse o poder local, os territórios de interior então não tinham desenvolvimento absolutamente nenhum. Basta olhar para o Plano Nacional de Investimentos para uma década, o que é que o atual Governo quer fazer no interior, não é só em Vimioso é no interior todo. Mais de noventa por cento do investimento está concentrado no litoral, por isso é que depois as câmaras vão ter receitas porque está lá mais gente. Se é o próprio Governo o primeiro a desinvestir no interior, como é que ficam as câmaras municipais que deviam ter no Governo um grande aliado para atrair investimento para o interior e não têm? Aliás, o Senhor Ministro das Infraestruturas disse claramente, e elogiamos a sua frontalidade na terça-feira, não pensem que o Governo não vai fazer investimentos onde estão oito milhões de portugueses. Onde é que estão? No litoral. Foram palavras do Senhor Ministro, vem na comunicação social, se forem ao jornal de negócios está lá exatamente aquilo que ele disse porque ele disse se ali há problemas eu também tenho que os resolver. É evidente quando um político tem problemas tem que os resolver. E sobre o Plano Nacional de Investimen-

tos, porque depois estivemos com ele ao final da tarde no Ministério das Infraestruturas e Habitação, disse-nos exatamente o mesmo, até nos disse: “Este Plano, eu sou solidário com ele porque o fez o Governo, não é meu era do meu colega antecessor, estamos a recolher os contributos porque estivemos todo o dia numa audição na Comissão de Economia no Parlamento e, portanto estamos a recolher os contributos, e ele disse claramente “Este plano já é para a próxima legislatura e não sei se vou ser Ministro e não sei quem vai ser Governo”. Isto é dito por um ministro que substituiu o anterior ministro. Está tudo dito, o interior continua eternamente a ser esquecido. Eu disse-lhe, claramente, e os meus colegas aceitaram na intervenção que eu fiz que não podia ser feito mais nenhum investimento no distrito de Bragança, enquanto não se fizesse a ligação Vimioso/Carção e Vinhais/Bragança. Não seria tolerável mais nenhum investimento enquanto esses não forem feitos. Todos os colegas concordaram. Para lá do aeroporto, para lá do IC5, da ligação à Puebla, tudo isso é importante. Foi-lhe dito ao Senhor Ministro e ele percebeu, claramente, que as prioridades eram estas. Mas ele não se comprometeu com nada, absolutamente nada. E, portanto, ser autarca num território de interior é estar próximo das populações do interior, o que eu lhe digo não é só Vimioso são todos. Mesmo Bragança não deve ter mais receitas próprias do que transferências do Orçamento de Estado, as transferências do Orçamento do Estado devem ser superiores às receitas próprias e estamos a falar de valores de IMI completamente diferentes. Porque se reparar, no relatório, as grandes receitas que o município tem são as do IMI e são as do imposto de circulação dos automóveis, não há mais receitas. Podemos ter mais que é a venda de serviços, respeitamos à água, saneamento e lixo, faturas da água e do lixo que dão prejuízo de quinhentos mil euros à câmara. Quer que a câmara reflita estes quinhentos mil euros nos consumidores de Vimioso? É fácil e a câmara teria mais receita. Se nós cumpríssemos o princípio da Entidade Reguladora de Águas e Saneamentos que é a ERSAR, que nos obriga ao consumidor/pagador, agora veja na água, no saneamento e no lixo em que a câmara tem um défice de quinhentos mil euros/ano aproximadamente. Se eu tiver que cumprir este princípio, ainda ontem, chegou uma carta da ERSAR a dizer que temos de cumprir os normativos legais, mas como é possível, não é possível cumprir. E, mais este ano, nós vamos querer diminuir através da Resíduos do Nordeste, por exemplo a faturação que nós

vamos fazer para a Resíduos do Nordeste, porquê? Porque o preço da recolha seletiva vai ser equiparado ao preço da recolha indiferenciada. Aceito perfeitamente a crítica que é mais política do que técnica obviamente, mas, meu caro, o relatório é este, é bem demonstrativo da situação financeira do Município de Vimioso, não está comprometido futuro absolutamente nenhum porque as transferências do Orçamento de Estado, só vindo novamente uma TROIKA chamada pelo Partido Socialista, é que vão diminuir. As transferências do Orçamento do Estado, o que na Lei das Finanças Locais é aumentarem todos os anos, portanto, as despesas correntes estarão sempre asseguradas. Não percebo como é que diz que está a comprometer o futuro, quando o relatório e o ROC vem dizer que as despesas correntes são suportadas pelas receitas correntes. Há equilíbrio financeiro porque as receitas correntes conseguem suportar as despesas correntes. Isto é o quê? Comprometer o futuro? É comprometer o futuro dizer que há equilíbrio financeiro porque as receitas correntes suportam as despesas correntes? É que as transferências do Orçamento do Estado também são correntes, é aquilo a que o município tem direito por lei, não é nenhuma esmola que o Governo dá aos municípios. Está na Lei das Finanças Locais. Nós sabemos perfeitamente que esse dinheiro vem. Não sabemos é o que vem dos Fundos Comunitários, temos que lutar por eles e, felizmente, somos um município da CIM que relativamente ao pacto tem melhor taxa de execução, mesmo com os atrasos na central de camionagem e na câmara, o que tem melhor taxa de execução é o município de Vimioso. Agora, com o andamento dessas obras, aumentaremos essa taxa. Temos já garantidos financiamentos para as termas, para fazer um novo furo, temos financiamento a oitenta e cinco por cento e para pôr lá mais serviços de bem-estar. Ora, se nós não fizermos este tipo de investimento, que investimentos vamos fazer? Na zona industrial, os terrenos são a um cêntimo, não cobramos derrame, não cobramos licenciamento. O que é que mais podemos fazer? Gostava de saber. Dêem sugestões para inverter esta situação e para atrair investimento. Se calhar, se tivéssemos boa ligação à auto-estrada outros investimentos poderíamos ter porque os municípios que beneficiaram de bons eixos rodoviários estruturantes verificou-se exatamente isso. Eu não sei, não estou aqui a defender o Governo A ou B, como se planeia um território com infraestruturas e se deixam dois concelhos absolutamente sem nada? Isso é que é lamentável". -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Hugo Rodrigues. Disse: “Como sempre e elogio até esta capacidade do Senhor Presidente da Câmara, é hábil nas respostas que pretende dar e seguir o caminho que ele pretende dar às respostas. Ele sabe, intelectualmente até lhe fica mal dizer que a única forma de aumentar a receita é aumentar os impostos, sabe que isso não é verdade. O colega Vítor referiu que podia haver políticas de investimento ou políticas para cativar jovens empresários no nosso concelho. Quanto mais contribuintes tivermos, até podemos baixar os impostos desses mesmos contribuintes, mas se tivermos mais contribuintes é um exercício matemático, a receita vai ser maior, relativamente a isso não há grandes dúvidas. Relativamente também à questão da interioridade, falta de investimentos no interior pelos vários Governos, realmente é um facto e todos concordaremos com isso. De qualquer das formas, o Senhor Presidente, como é óbvio, defende o partido dele e eu entendo e respeito. Quer colocar sempre os dois partidos do arco da governação no mesmo patamar, mas não é verdade. Se há governos que fizeram alguma coisa e obras estruturantes no nordeste transmontano foi exclusivamente o Partido Socialista, com a já tardia auto-estrada número quatro, que todos sabemos que quando veio o dinheiro para a execução da mesma num Governo liderado pelo Partido Social Democrata, o dinheiro que veio era para fazer uma auto-estrada e foi feito um itinerário complementar. Outra obra também estruturante feita pelo Governo do Partido Socialista foi o IC5 que muito ajuda aqui o nordeste transmontano. Se é suficiente? Não. Se foi atempadamente? Não. Mas foi feita e foi feita pelos Governos do Partido Socialista. Depois dizer, também e tornar um bocado repetitivo relativamente à última Assembleia, mas não resisti e confesso que quem estava com a urticária de falar era ali sentado e com vontade de vir aqui falar mas há uma realidade tudo o que seja questão de política, de emprego ou de algum tipo de favorecimento causa urticária ao Senhor Presidente. Ficou bem patente aqui, disse que não respondia, respeitamos como é obvio é livre de responder aquilo que entender, mas volto a referir causa uma certa urticária. Quanto a isso não há qualquer dúvida. Questionar, também, o Senhor Presidente da Câmara, não como Presidente da Câmara, mas como Vereador e Chefe de Gabinete do anterior Presidente da Câmara Municipal já está na governação da autarquia há dezassete anos e alguns meses, suponho eu não estar enganado, questionar realmente durante estes últimos anos, a

quantidade de pessoas que saiu do concelho, a quantidade de empresários que saíram do concelho e ao invés, também perceber durante este arco de governação do Partido Social Democrata em Vimioso, quantas empresas se concentraram na Zona Industrial, os lotes que havia e que estavam desocupados e aqueles que realmente estão a funcionar. E perceber se realmente, desde o início da governação até agora, houve realmente um aumento de receitas, não pela tal referência que o Senhor Presidente da Câmara referiu de aumento de impostos, mas haver mais contribuintes, se tem ideia se isso funcionou”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Quantos mais contribuintes tivermos mais receitas temos é uma verdade. Se o concelho tem quatro mil habitantes e passar a ter oito vai ter mais receitas mas também vai ter mais despesas. O Partido Socialista fez a A4, fez o IC5. Ó senhor deputado, o respeito por quem está a falar é pouco, já percebi é a urticária que lhe dá, mas pronto, está com urticária o quer que lhe faça? Oiça uma coisa, a primeira vez que foi preparado o concurso, e a mim tanto me faz que seja PS como PSD já lhe disse, a primeira vez foi feito o concurso, quem preparou o concurso para a A4 foi o Ministro das Infraestruturas que hoje é o CEO da EDP António Mexia. Foi esse Ministro que preparou e a história demonstra-o. Depois, o Governo de Pedro Santana Lopes caiu, houve eleições e entrou um novo governo. Quem fez o túnel do Marão, foram todos, um lançou-o, outro teve de pagar a dívida do que não pagou e o outro inaugurou-o, isto passa pelos vários Governos. Não estou preocupado com isso! Agora a questão é, como é que vêm pessoas para o interior? É diminuindo os passes em Lisboa e aqui dando-nos cêntimos? É essa a discriminação positiva para o interior? Oiça, quanto melhores condições houver no litoral, mais gente vai para o litoral, não tenha dúvidas disso. Você sabe o que representa e os estudos estão feitos, para cada cidadão da CIM. A CIM Terras de Trás-os-Montes recebe cento e setenta mil euros para redução e vamos reduzir as tarifas dos bilhetes das pessoas. Em Lisboa, é quatro vezes mais ou cinco vezes mais o que recebe cada cidadão. Ainda ontem, o Senhor Ministro dizia isso. Ele não é de Lisboa, é de S. João da Madeira. Sabe quem fez as estruturas dos transportes públicos em Lisboa e no Porto (ex: metro?). Foi o Estado. Hoje entregou-os às autarquias. Fez alguma estrutura de transportes públicos no interior em Vimioso, em Bragança, em Viseu? Não fizeram. Quem é que tem de andar a remediar? São as câmaras mu-

nicipais. Agora, eu não me importava nada de receber uma empresa, como a dos transportes de Lisboa, que as dívidas ficaram todas no Governo e entregá-la limpinha e a começar a dar lucro. Uma empresa dessas também a giro facilmente, isso é fácil. Mas sabe quem está a pagar as despesas todas da Carris de Lisboa? Somos todos os contribuintes, os que andam lá e os que não andam. E, portanto, sobre quem fez eu podia-lhe dizer, quem fez o Centro de Saúde de Vimioso foi o Governo do PSD, quem fez a requalificação da Escola de Vimioso foi o Governo do PSD, podia dizer isso, não é esse o exercício que interessa, o que interessa é aquilo que me perguntou no início: o que é que vamos fazer sobre este movimento da regionalização? Porque infelizmente os Fundos Comunitários que deveriam vir para as regiões que não estão ao patamar das mais desenvolvidas e deveriam ser geridos pelas regiões são geridos pelo Governo. Sabe o que vai acontecer, o Ministro Nelson, do Planeamento disse-o, há dias claramente, e vem nos jornais na comunicação social: “No final de dois mil e vinte quero ter isto tudo executado”. E vai ter, conforme ele quer fazer vai ter, se calhar tem alguma razão é melhor que o dinheiro fique cá no país do que tenha de ir para trás, a questão é esta. Você sabe o problema que estão a ter várias autarquias, e nós também já tivemos aqui uma situação, não é bem igual, que lançam sucessivamente concursos e ficam desertos, e depois tem que lhe aumentar o preço base para ver se alguém concorre e ficam desertos. Porque, obviamente, temos poucas empresas de construção civil, e pior não é ter poucas empresas é ter pouca gente para trabalhar e qualificada para trabalhar nessas empresas. Estava-lhe eu a dizer que o próprio Ministro Nelson de Sousa, o que ele disse claramente aos presidentes da CIM: “Isto vai ser tudo executado”. Porquê? E mais, houve autarcas que lhe disseram assim: “Nós cá estamos para o *overbooking*. O que é o *overbooking*? É quando não se consegue executar o dinheiro todo, faz-se um concurso especial para aqueles que têm capacidade de executar, ou até já fizeram obra que não foi financiada a puderem candidatar. Nós já fizemos isso no anterior quadro comunitário, olhe com os calcetamentos em Angueira e com os calcetamentos em Matela, não tinham sido financiados e, depois, fomos buscar financiamento ao *overbooking*, para ver a que estava realizada e que foi possível candidatar-la. O que veio dizer o Ministro do Planeamento é que não vai haver *overbooking*, eu acho que vai, mas ele diz que não. Sabe o que ele vai fazer? Vai retirar esse dinheiro

que é de investimento e muito dele no interior, porque não há grande capacidade de investir e porque estamos com essas dificuldades, e vai colocá-lo na economia nas empresas. Sabe onde estão as grandes empresas e a economia, sabe onde é que estão? Não estão em Vimioso. Depois, quando me pergunta a quantidade de pessoas que saíram, saíram muitas, aliás o concelho perdeu gente porque é um concelho envelhecido, e vai continuar a perder. Mas eu desafio-o a ver as percentagens de diminuição da população de todos os concelhos do distrito de Bragança e vai ver que o nosso não é o pior. Só um exemplo, eu dei aulas em Mogadouro em noventa e quatro / noventa e cinco, tinha sete turmas de sétimo ano e ainda havia mais uma que era o sétimo A. Hoje, salvo erro, há lá três ou quatro. Só uma turma é que tinha menos de vinte alunos que eram os alunos com necessidades educativas especiais, as outras era tudo acima dos vinte e cinco, hoje vai lá têm todas uma média de vinte. Estamos a falar, e falo isto com pena, vá ver a escola de Miranda os alunos que tem, vá ver a escola de Vinhais os alunos que tem, vá ver as escolas destes concelhos os alunos que têm. Isto é um problema de Vimioso? Quer dizer, os outros autarcas são tão maus quanto eu, somos todos maus perdemos muita gente. Mas o país está a perder gente, não está a ganhar gente. As estimativas é que, em dois mil e cinquenta, nós tenhamos oito milhões de pessoas, perdem-se dois milhões de pessoas. Isto tem a ver com as taxas de natalidade, tem a ver com o envelhecimento da população, tem a ver com tudo isso. É por isso, que hoje, já se fala e bem na atração de emigrantes que venham para cá, porquê? Porque, de facto, nós só com população jovem que possa ter filhos é que podemos repor ou pelo menos inverter um pouco. Mas, já agora, dizer-lhe que a Zona Industrial estão lá várias empresas desde que eu estou na câmara, aliás foi com executivos do atual senhor Presidente da Assembleia, e dos quais me orgulho de ter feito parte, que nós diminuimos o preço de dois euros o metro quadrado para um cêntimo e aumentamos a Zona Industrial. E, hoje, felizmente estão lá empresas e mais empresas a procurar, está lá a Mirandesa que tantos criticam, todos acusam, mas a Mirandesa está lá a criar postos de trabalho, está lá a empresa do mel do Jorge Fernandes, estão lá oficinas, há outros investimentos previstos. Ainda na semana passada, entrou um projeto na câmara municipal para um novo investimento. Há outros potenciais investidores que estão a tratar dos seus processos. Portanto, alguma coisa tem sido feita. É

tudo aquilo que eu queria? Não, queria muito mais, obviamente, que queria muito mais. Mas repare que foi exatamente essa política de disponibilizar terrenos e de incentivo ao investimento e de não cobrar licenciamento, que permitiu alguns investimentos na Zona Industrial, e fora da Zona Industrial, investimentos particulares, que têm vindo a acontecer. Sei perfeitamente que a maior parte é gente local, não tenho dúvida disto. As acessibilidades condicionam qualquer investidor e nós somos um concelho com piores acessibilidades a nível do distrito. E essa culpa, apesar de toda a reivindicação e insistência, e não falto a nenhuma reunião onde se possa discutir isso, como ainda estive lá todo o dia na terça-feira em Lisboa na Assembleia da República e no Ministério vou continuar a fazê-lo. Aliás, eu, no dia vinte e um de março, acompanhei a comissão que está a estudar o projeto de impacto ambiental da ligação Vimioso/Carção, acompanhei a comissão desde o início até ao fim. E sabe o que me disse a Presidente da Comissão quando me apresentaram: É o Senhor Presidente da Câmara? “Responderam”: O Senhor Presidente da Câmara não faz parte da comissão. “Eu disse”: Ó Senhora Engenheira eu só vim aqui pôr viaturas todo o terreno e disponibilizá-las, eu não faço questão de ir. “Respondeu”: Não, não. É a primeira vez que um Presidente da Câmara vem acompanhar uma comissão de avaliação”. E acompanhei-os, e estive com eles até ao fim. E quais são os grandes argumentos que nós temos? Não são os ambientais que por aí chumba. São os argumentos da saúde, da educação, da mobilidade das pessoas e do isolamento, são esses os argumentos, se não forem esses os argumentos o estudo volta a chumbar. E esperemos, a declaração tem que sair até ao final de maio, que ela seja favorável. Estou com alguma esperança que seja favorável, certamente condicionada como todas as outras. Hão-de impor lá mais qualquer coisa, mas é isso que estamos a fazer. Independentemente do Plano Nacional de Investimentos, porque antes estava e agora não está, antes foi só lançado o concurso, aqui está outra questão quem é que lançou o concurso para fazer o projeto da ponte? Foi um Governo e já está outro e ainda hão-de vir outros. Olhe, eu queria era a ponte feita, qual é o Governo que a faz para mim é-me indiferente”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Temos que fazer o tal exercício: Como é que podemos criar postos de trabalho aqui no nosso concelho? Temos que pensar todos, acho que e eu fui um dos culpados

de algumas coisas acontecerem e começamos pela natalidade, há que haver inovação, há que pensar. O preço do metro quadrado para a construção, quer industrial, quer habitacional, a mirandesa veio para aqui. Ainda bem que veio que criou alguns postos de trabalho, se fosse para Bragança ou para Macedo não acontecia isso. O Balneário Termal para que foi que se criou? Para criar postos de trabalho, para trazer gente, para trazer turistas é essa a intenção. Não criamos o Balneário para ter lucro, se calhar a ideia do Senhor Presidente da Câmara ainda é a mesma que eu tinha, é esse balneário ser cedido a um privado para que faça um hotel com cem ou duzentos quartos aquilo que se puder. Compraram-se aqueles terrenos todos à volta do balneário para quê? Para que um empresário viesse, não apareceu ainda, mas tudo tem sido feito. O PINTA, a Mini-hídrica, já estamos há quase vinte anos à espera que nos aprovelem. Se calhar, neste momento, já está fora de tempo, tem-se feito alguns investimentos e alguns destes investimentos com alguma inovação. Temos que fazer alguma ginástica, temos que pensar, se calhar a nossa agricultura. Nós temos uma grande riqueza no nosso concelho em termos pecuários, só que não tem aparecido ninguém para investir nessa área. Eu, por acaso, até sou um dos que tenho investido nesse sentido e das estevas e dos montes estou a fazer grandes pastagens e estou a subir a nível pecuário. Isto para quê? Para dar um exemplo à gente jovem que é possível aqui estar e não ter que ir para França, para outros países e fazer aqui a riqueza. E, é nesse sentido que de facto nós temos que pensar, ajudar e fazer refletir às pessoas, nomeadamente aos mais jovens, e tentar fazer ver ao Governo que de facto os subsídios que estão a dar não dá para um jovem investir no nosso concelho, tem que dar mais. É essa a solução e é isso que o Senhor Presidente de Câmara tem feito. Até há pouco, lembrei-me que estive reunido na Assembleia da República a discutir esse Plano Nacional de Investimentos e o que acabou de dizer é bem aquilo que eu também estava a pensar. Temos que ser nós e temos sido nós que, ao longo destes anos passados desde setenta e quatro até hoje, que temos feito esse sacrifício. De facto, às vezes é com grande mágoa que a gente vê que os governos sucessivos sejam eles o PS, PSD não tem ligado ao que nós dizemos. Recordo-me da Mini-hídrica que nós, hoje, podíamos ter as tais receitas que o senhor deputado Vítor disse, e que os Governos sucessivos não nos deixaram fazer. É uma mágoa grande, eu saio desta política, que de facto

é uma política que esquecem as pessoas, os locais onde não há votos. Isso é que é mau, isso é muito mau sejam uns ou sejam outros. Eu, pessoalmente, posso falar porque nunca pertenci a nenhum partido político, aceitei ser candidato à Câmara de Vimioso pelo PSD, sim senhor, como podia ter aceitado por outro partido qualquer, porque sempre vi a minha terra e é a minha terra que eu gosto de ver”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Hugo Rodrigues. Disse: “O Senhor Presidente da Câmara disse há bocado que se calhar é mau presidente ou os outros são maus presidentes. Com as minhas intervenções ou por poder discordar de alguma acção política, que eu acho que só enriquece a todos, jamais pôr em questão chegar ao ponto de dizer que é um mau presidente. Relativamente à questão dos termos comparativos que os outros concelhos diminuíram a população, é um facto, é verdade. Contra factos não há argumentos, é uma realidade, mas dá ideia que, às vezes, é como uma mãe que está a chamar a atenção dos dois filhos por o mau comportamento e esse filho que está a ser repreendido justifica que o irmão também teve um mau comportamento e que também deve ser repreendido. Acho que os termos de comparação são bons, mas são bons no sentido de nos poder fazer melhorar e crescer. Nesse sentido, entendo que nos devemos sempre comparar e tomar como exemplos, os exemplos positivos. E em vez de dizermos que os concelhos limítrofes ou vizinhos também estão a perder gente, é irmos ver os concelhos do país que não estão a perder gente e que estão a ganhar, e com as potencialidades que eles têm diferentes e distintas das nossas, tentar compreender se, de alguma forma, podemos aprender com quem está a melhorar para também melhorarmos. Acredito que o ponto de comparação pela positiva será sempre mais benéfico e terá mais resultados positivos do que o ponto de comparação pela igualdade ou pela diminuição”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Ó senhor deputado não disse que era mau, estou a dizer que não há nenhum autarca do interior que sinta isto e eu desafio-o a ver em todo o país. Infelizmente, quem me dera a mim que os outros estivessem melhor ou que não tivessem os mesmos problemas porque quando as coisas começam a correr bem, o bem também há-de chegar a nós, pode chegar mais tarde mas ele chega. Tudo o que for de bom, seja para o país seja para o território, é sempre bom para nós, eu sou

daqueles que considero que quanto melhor for Mogadouro, ou Miranda, ou Bragança, ou Macedo, melhor será para Vimioso. Não tenho dúvida absolutamente nenhuma disso. Agora, fazer o ponto de comparação com os que são positivos, mas eu fiz com os que são positivos porque o nosso concelho, por exemplo, da CIM é o que tem menos gente, eu comparei-me só com os positivos, e mesmo os positivos estão a perder gente. O concelho do Porto está a perder gente, o de Gaia e o da Maia não, mas o do Porto está a perder gente, e o concelho de Lisboa perdeu gente, ganhou foi o da Amadora, o de Loures, o de Odivelas, o de Mafra. Estamos a falar de concelhos, portanto, se quiser fazer comparações totalmente disponível para comparar. Oiça, se o país perde população, todos perdem população, agora há centros mais atractivos. O único concelho, que eu penso que não perdeu população, nos últimos censos, foi Bragança. É capital de distrito, é onde estão os serviços, é normal. Mas Bragança, infelizmente, não absorveu aquilo que perderam os outros concelhos, claro que os que faleceram não os pode absorver, mas os mais jovens não absorveu todos aqueles que saíram. Não pode esquecer, e não é só por isso que vivemos um período gravíssimo de dois mil e onze a dois mil e quinze, o chamado TROIKA e, hoje, se não temos empresas e muita mão-de-obra qualificada foi porque essa mão-de-obra qualificada, nesse período, por falta de investimento das circunstâncias foi-se embora. Vê hoje a MOTA ENGIL, tem a MONTA ENGIL em África, a Soares da Costa está em África, já nem são empresas que estão em Portugal, só para lhe dizer que criaram empresas sem sequer estar a sede em Portugal. E aonde está a grande mão-de-obra especializada? Foi atrás dessas empresas. Hoje as empresas vêm-se aflitas para encontrar um carpinteiro, para encontrar eletricistas, para encontrar picheleiros. Esta mão-de-obra especializada, e se reparou o presidente da ordem dos engenheiros sobre aquela queda, infelizmente daquela grua no Porto, vem exactamente apontar essa questão. Gente com pouca prática ou pouco especializada que leva muitas vezes a erros deste tipo. Não sei se foi erro ou não, mas ele veio queixar-se exactamente da falta de mão-de-obra especializada, que muita saiu do país na altura. Ainda, há dias, me vinham dizer, dizia um colega lá no almoço em Lisboa: “Há um hospital em Inglaterra que são mais portugueses do que ingleses, já têm quase trezentos funcionários entre auxiliares e enfermeiros”. Porque é que foram para lá? Viu na Irlanda, quanto é que pagam a um

médico que acaba de se licenciar, pagam dez ou onze mil euros, em Portugal pagam-lhe mil e duzentos. Estou perfeitamente à vontade, porque eu sou daqueles que deixei o litoral para vir para o interior, eu sou daqueles que dei o exemplo. Eu saí de uma vida confortável em Vila Nova de Gaia, para vir para Vimioso. Eu sou daqueles que fiz isso, abandonei tinha a minha vida completamente estável, a minha vida profissional e familiar, eu vim para a minha terra, a dar o meu contributo. E esse exemplo, não quero dizer que é o melhor exemplo do mundo, mas dei-o, estou perfeitamente à vontade para isso, é que eu fiz o circuito inverso, deixei o litoral para vir para o interior, e continuarei no interior a defender o meu concelho, a minha terra sempre que puder. Obviamente que estas funções um dia terminam, mas continuarei a exercer as minhas funções com muito orgulho que sou professor no meu território. Quero dizer que a primeira escola para onde concorri quando acabei o curso foi Vimioso. Portanto, sobre isso estou perfeitamente à vontade, e quando diz comparar com exemplos positivos, estou sempre a comparar com positivos, porque infelizmente nós na CIM, somos os que temos menos gente. Muitas vezes, tem a ver com os recursos locais que as empresas podem explorar e ainda bem que há municípios que têm determinados tipos de recursos e que empresas privadas os estão a explorar. Nós estamos a lutar pelo regadio de Santulhão. O regadio de Santulhão é para regar duzentos e poucos hectares. Dizia-me um colega presidente da câmara aqui do distrito: Duzentos hectares? No meu concelho há lá um senhor que tem só ele isso de olival. O nosso concelho não tem isso. Há alguém, em Vimioso, que tenha duzentos hectares de olival? Não há. Os territórios são o que são. Não se esqueça que, quando foi dado o Foral a Vimioso, o que Vimioso tinha de pagar nem sequer era trigo era centeio, sabe porquê? Porque o território era pobre não produzia trigo como produziam os outros, portanto, já somos pobres há muito tempo. Em termos de território, não nos vamos comparar a concelhos que têm áreas, por exemplo, de regadio extensíssimas mas ainda bem que têm, eu fico sempre muito contente com os sucessos dos concelhos do meu distrito e da minha CIM. Porque, assim, podem vir à Feira da Rosquilha, ou à Feira do Pão, e se forem embora já não vêm. Quanto mais gente tivermos no território, melhor para todos, seja em Vimioso, seja onde for. O que eu quis dizer foi que, infelizmente, continuamos a perder população de forma assustadora e a grande perda tem a ver com a mortalidade que é eleva-

díssima porque temos uma população, infelizmente, muito envelhecida. Repare que mais de cinquenta por cento da população na nossa CIM tem mais de sessenta e cinco anos. Isto é grave. Vai colocar os problemas da Segurança Social, vai colocar os problemas da reforma, vai colocar os problemas da produtividade. Nós lutamos sempre a falar com todos os Governos, é necessário fazer o cadastro dos territórios. Fez-se a experiência piloto em Alfândega da Fé está andar, vai andando, mas é fundamental termos o cadastro para sabermos de quem são as terras, muitas vezes não sabemos de quem são as terras. E, depois, é necessário legislação como dizia o Senhor Presidente da Assembleia que obrigue as pessoas ou trabalha ou aluga ou vende, isso só se faz de uma maneira, legislando. Para grandes males, grandes remédios. Não há outra hipótese, todos os Governos sabem disto. E o que é que fazem? Estão preocupados com o litoral que é onde estão concentrados. Olhe, nenhum distrito pode eleger menos que dois deputados, nós ainda temos três mas qualquer dia vêm cá para baixo, o teto é mesmo dois. Castelo Branco já só está com dois, há dias vinha num jornal que a Guarda e Castelo Branco iam perder deputados. Para quem? Para Lisboa e para o Porto. Porquê? Acha que alguém está preocupado com isto? Eu não vejo ninguém preocupado, absolutamente nada, com isto. Agora repare, se reduziram os passes em Lisboa e Porto, porque é que não tiram as portagens no interior? Porque quem anda mais nas portagens do interior são os do interior. Porque é que não tiram? Então, reduzam. Nós até nem somos muito afetados, mas os da A24 preferiam que lhe tirassem as portagens do que lhe dessem o dinheiro para reduzir os passes. Porque é que não fazem isso? Porque é que, sendo a nossa região a maior produtora de energia do país, pagamos a eletricidade como os outros? Porquê? Porque é que pagamos a eletricidade como paga Lisboa e Porto que não a produzem? Porque é que a tarifa é igual para todos? Então, a da água também devia ser igual para todos e os passes também deviam ser igual para todos. Se é assim devia ser absolutamente igual para todos! Portanto, é um problema gravíssimo que o país tem, que é o abandono dos territórios e volto-lhe a repetir com melhor gestão, com pior gestão, com mais crítica com menos crítica, se não fossem as autarquias, as câmaras municipais com as juntas de freguesia, como disse a Presidente da União das Freguesias de Algosó, Campo de Víboras e Uva, os recursos financeiros das nossas juntas de freguesia são muito limitados, se não

fossem as câmaras municipais eu não sei se hoje teríamos água e saneamento, não sei se teríamos estradas municipais, e se teríamos equipamentos para as pessoas, não sei se teríamos. Mas esta questão de centralismo é histórica porque o país está virado para o Atlântico para as descobertas e, portanto, tudo que era interior era para esquecer e, a partir do momento que definimos as fronteiras e deixamos de ter guerras com Leão e Castela, obviamente que o interior deixou de ser importante”. -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Conhecimento da Certificação Legal das Contas do Município de Vimioso – Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Também pela lei tem que ser feita a certificação legal das contas que acabamos de analisar e deliberar através do voto. Também, a mesma Sociedade de Revisores de Contas vem fazer a certificação legal de contas e é bem demonstrativo que a certificação que fazem é uma certificação positiva. Certamente alguns estarão recordados que, em certificações semelhantes noutros momentos, eles apresentavam algumas reservas, que tinham a ver com a não aplicação da contabilidade de custos. Neste momento, a câmara municipal está a fazer a contabilidade de custos e, portanto, temos aqui uma certificação de contas sem qualquer reserva, o que só por si é demonstrativo da situação da câmara e de toda a transparência da câmara municipal perante as entidades externas. E, no final, o que aí têm é que em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e informação financeira nele constante. É coerente, com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais”. -----

----- Ponto dois ponto seis) – Apreciação e votação da Utilização do Saldo da Gerência de 2018. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Conforme os senhores membros da Assembleia dispõem da informação técnica do técnico superior, em trinta e um de dezembro, quando em março quando foi apurado o resultado final do ano anterior, verificamos que temos um saldo de gerência no valor de 2.257.136, 22 cêntimos. Este saldo de gerência, como a lei obriga, implica, agora, uma revisão ao orçamento que é disso que se trata. Que é para quê? Para pegar neste dinheiro e integrá-lo no orçamento deste ano. E, por

isso, isto vai ter implicações como vamos ver a seguir quer no PPI, quer no Orçamento da Receita, quer no Orçamento da Despesa, quer no PAM”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto seis à votação, tendo sido aprovado por maioria, com as abstenções dos senhores deputados Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Vítor Américo Calvelhe Pires, José Manuel Alves Ventura, Luciano Lopes Alves e José Amadeu Vara Rodrigues. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite que o ponto dois ponto sete, ponto dois ponto oito, ponto dois ponto nove e o ponto dois ponto dez fossem discutidos em conjunto, mas que a sua votação ocorreria separadamente. -----

----- **Ponto dois ponto sete) – Apreciação e votação da Modificação número 7 Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número 2 do ano contabilístico de 2019.** -----

----- **Ponto dois ponto oito) – Apreciação e votação da Modificação número 7 Revisão ao Orçamento da Receita número 1 do ano contabilístico de 2019.** -----

----- **Ponto dois ponto nove) – Apreciação e votação da Modificação número 7 Revisão ao Orçamento da Despesa número 2 do ano contabilístico de 2019.** -----

----- **Ponto dois ponto dez) – Apreciação e votação da Modificação número 7 Revisão ao Plano de Atividades Municipais (PAM) número 1 do ano contabilístico de 2019.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como referi no ponto dois ponto seis, a aprovação do saldo de gerência do ano anterior tem repercussões obrigatórias no orçamento da receita e no orçamento da despesa. Por isso, o ponto dois ponto oito tem a ver com a revisão ao orçamento da receita. O que é que acontece ao orçamento da receita? É introduzido o saldo de gerência, isto é o orçamento da receita para o presente ano é reforçado com 2.257.136,22€. No dois ponto nove, se entra o saldo de gerência, se temos orçamento da receita temos que ter agora orçamento da despesa. Se repararem na documentação do dois ponto nove, aparecem aí os 2.257.136,22€ que é aquilo que entra da despesa. O dois ponto sete e o dois ponto dez é exatamente

te onde é que nós vamos aplicar o dinheiro e que resultará em despesa, que é no Plano Plurianual de Investimentos, com rubricas novas e no Plano de Atividades Municipais (dois ponto dez). No Plano de Atividades Municipais (dois ponto dez) há um reforço de 20.000.00 euros para a rubrica de apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos. Isto tem a ver com os apoios ao ensino superior, ao ensino secundário, todos aqueles apoios que temos dado. Quanto ao dois ponto sete, que é o Plano Plurianual de Investimentos, nós vamos investir em termos de capital 1.366.500.00 euros resultante do saldo de gerência, porque os outros 800 e tal mil euros que faltam para os 2 milhões quinhentos e tal vão ser integrados no orçamento e aparece, aí, no dois ponto sete, os investimentos que estão previstos ser feitos”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto sete à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. Ponto dois ponto oito foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Ponto dois ponto nove, posto à votação, foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. Ponto dois ponto dez foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto dois ponto onze) – Apreciação e votação do Inventário do Património Municipal.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, Disse: “É uma obrigação da Câmara submeter à Assembleia Municipal o Inventário do Património Municipal. Do ano anterior para este ano houve um aumento significativo do valor patrimonial dos bens registados que passou a ser de 46.567.343.62 cêntimos como podem ver. Porquê este aumento? Mais uma vez a Entidade Reguladora das Águas e Saneamentos exigiu à câmara que fossem inventariados e colocados no património municipal todos os equipamentos que dizem respeito a ETAS e ETAR”S. Teve de ser feito esse registo, essa avaliação, pelos técnicos da câmara e foi incorporado no inventário do património municipal. Neste momento, do que está inventariado e registado é praticamente quase tudo, são os tais 46.500.000.00€, números redondos”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto onze à votação, tendo sido aprovado por una-

nimidade. Colocado à votação, em minuta, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

----- **Ponto dois ponto doze) – “ Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso. Compromisso Plurianual. Apreciação e votação da emissão de autorização prévia para celebração do protocolo de cooperação entre a Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (AC-BRM) e os seis municípios do Solar da Raça Bovina Mirandesa para realização do concurso Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa para os anos de 2019 a 2024. -----**

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como sabem, os seis municípios do Solar da Raça Mirandesa tem um protocolo com a Associação de Criadores para a realização do Concurso Nacional que ocorre sempre no último fim-de-semana de agosto e que é rotativo por cada um dos seis municípios. No ano anterior, foi em Macedo de Cavaleiros. Foi actualizado praticamente em 1.000.00 euros a cada município o valor da transferência que nós fazemos para este concurso nacional, que passa a ser de 7.500.00 euros. A razão por que tem que ser deliberado nesta Assembleia Municipal é porque se trata de um compromisso plurianual. Vai do ano de 2019 até ao ano de 2024. Em 2018, terminou o protocolo que também já vinha de 2012. É disto que se trata e, basicamente, é a realização do concurso nacional e a transferência a cada município de 7.500.00 euros para a realização deste concurso”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto doze à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

----- **Ponto dois ponto treze) – Apreciação e votação da indicação de três elementos de idoneidade reconhecida, Diretor da Escola EB 2,3 de Vimioso, Presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Vimioso e Representante do Centro de Saúde de Vimioso, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança. -----**

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “É muito simples, a deliberação da reunião de câmara tem a ver com o projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. Foi deliberado propor à Assembleia Municipal, por unanimidade em próxima sessão, três cidadãos que de-

sempehem os seguintes cargos: Diretor do Agrupamento de Escolas, Presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas e um representante do Centro de Saúde. Se repararem, nós ainda não estamos a aprovar o regulamento. O que nós estamos a fazer e se repararem, no artigo quatro que é a composição, página três, integram o Conselho Municipal de Segurança, o Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal, os presidentes de junta de freguesia não é em número a definir vão participar todos que já participavam antes, portanto, todos os presidentes de junta de freguesia têm assento no Conselho Municipal de Segurança. Nós estamos a fazer esta alteração porque houve alteração legislativa até mesmo nos elementos que o compõem. Depois fala aí daqueles que vêm de lei, um representante do Ministério Público da comarca, comandantes da Guarda Nacional Republicana (é evidente que vai ser o de Argozelo e o de Vimioso.), um representante dos serviços de Proteção Civil (há-de ser dos bombeiros), do Projeto Vida, todas as IPSS's vão estar representadas no Conselho Municipal de Segurança. Depois, aí na alínea i), há um lapso não é ACISB, é ACISV, os responsáveis das seguintes associações, têm que estar representantes de sindicato, pusemos o STAL e a UGT. E, depois, diz o número de cidadãos de idoneidade reconhecida, quem tem que os indicar é a Assembleia, podem ser até vinte. O que decidimos, por unanimidade, em reunião de câmara foi que outras que estão ligadas, quer às crianças, quer à escola, quer ao Centro de Saúde, onde há conhecimento muitas vezes questões de violência, por exemplo. O que nós decidimos, mas a Assembleia é soberana, foi propor instituições. As instituições é que vão dizer quem é que é: Associação de Pais, a Direção da Escola, e um representante do Centro de Saúde. Só informar que depois haverá o período de discussão pública, vai ter que ir novamente à reunião de câmara e depois é que volta aqui para aprovar definitivamente o regulamento porque isto é só o projeto de regulamento. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: "Vamos então votar os três elementos que o executivo propõe. Não tendo havido mais intervenções, foi colocado o ponto dois ponto treze à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto dois ponto catorze) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “O Senhor Presidente da Câmara esteve reunido na Assembleia da República e tentou explicar aí alguma das coisas que se passaram na Assembleia da República, no fundo gostaria de saber mais ou se há algo mais que possa dizer”. -

----- Para responder usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “o Governo fez o Plano Nacional de Investimentos que é público, que o Governo pretende que haja o maior consenso na Assembleia da República sobre este Plano de Investimentos. Já percebemos que não há consenso, obviamente. Nós, CIM Terras de Trás-os-Montes, mal o plano saiu pedimos, aliás por indicação minha, na CIM, mas podia ter sido por outro colega qualquer. Tivemos audições com todos os grupos parlamentares e, neste momento, foi criado um grupo de trabalho na Assembleia da República que é coordenado pelo deputado Pedro Mota Soares do CDS-PP. Mas este assunto está a ser tratado na Comissão de Economia Inovação e Obras Públicas, comissão que é presidida também pelo deputado do CDS-PP, Hélder Amaral. A CIM foi convidada para estar nessa audição na comissão. Estavam lá todas as CIM’s e áreas metropolitanas. Curiosamente, a única CIM que se fez representar por todos os presidentes de câmara foi a nossa, estávamos lá todos. Também já perceberam porquê! Somos os que não temos nada, temos que ir lá com força para mostrarmos o descontentamento. No período da manhã, esteve o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação Pedro Nunes Santos que fez uma intervenção. Depois fizeram intervenção os presidentes das CIM’s e ele, no final ele e o presidente da Mesa fizeram uma nova intervenção. Também estavam lá presentes a Ordem dos Arquitetos, a Ordem dos Engenheiros, a Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas. Mais uma vez a nossa CIM reiterou e sublinhou aquilo que nós consideramos que é fundamental para o nosso território. E há, hoje, um consenso unânime na CIM, que as prioridades são: Vimioso/Carção, ou Bragança, eu não lhe chamo Bragança porque depois ainda falta Argozelo e Outeiro, ainda só vai num terço, é o que eu tenho dito, estamos a pedir um terço que é Vimioso/Carção, porque de Argozelo a Outeiro também era necessário cortar aquelas curvas todas que são muito perigosas. Infelizmente, temos o registo e a Infraestruturas de Portugal tem o registo dos aci-

dentes que ocorrem, quer neste troço até Carção, quer no de Argozelo a Bragança, que, infelizmente e em tempo de chuva, ainda há dois ou três dias houve um problema, ali perto de Carção houve um acidente. A ideia é essa, portanto, depois evidentemente as ligações transfronteiriças com prioridade para a Puebla e depois aquela questão de Macedo. Vinhais como sabem é uma reivindicação que nós introduzimos há muito pouco tempo e que causou algum atrito quase desnecessário, porque, de facto, ela é importante, mas nós temos de ser objetivos se a ligação de Bragança à Puebla custa, por exemplo, vinte ou trinta milhões, a outra custará noventa, cem milhões. Quer dizer, se nem a de vinte fazem, mas faz sentido reivindicá-la, e reivindicamo-la. Reivindicamos também a transformação do aeródromo de Bragança em Aeroporto Regional de Trás-os-Montes e reivindicamos que se comece a estudar, porque esse será o futuro, a ligação ferroviária do Porto ou de Leixões a Bragança para, depois, seguir para Espanha. É evidente que isso, não sei se nós estaremos cá, mas nós também temos que preparar o futuro e nós sabemos que hoje, infelizmente, abandonou-se durante algum tempo o caminho-de-ferro, portanto, o transporte ferroviário e nós sabemos que hoje na Europa é o mais económico, é o menos poluente e é o mais eficiente. Se calhar, nós também teremos que voltar a ter a linha de ferro, defendemos a ideia de que todas as capitais de distrito devem estar servidas por linhas férreas. É evidente que será um projeto, se a auto-estrada demorou os anos que demorou, o comboio voltar a chegar a Bragança demorará, se calhar, muito mais que isso. Fizemos essas reivindicações. No final da tarde, fomos recebidos no Ministério das Infraestruturas e Habitação pelo Senhor Ministro e o seu Secretário de Estado e um adjunto. E, portanto, estávamos lá os autarcas da CIM onde, autarca a autarca, lhe fizemos ver quais são as nossas reivindicações e são as mesmas. E a minha intervenção foi muito curta no sentido de dizer que será uma grande injustiça que se faça qualquer outro investimento no nosso território que não seja o de Vimioso e o de Vinhais porque são os únicos concelhos que ficaram à margem de qualquer eixo estruturante. O Senhor Ministro disse, claramente, que este não era o plano dele. Disse que era o plano do governo e que era solidário com ele, mas não é o seu. Disse: “não fui eu que o fiz”. Quando um Ministro diz isto! “Disse: vou esperar que a Assembleia da República se pronuncie sobre este plano. Ora, a Assembleia da República já não se vai pronunciar antes das legislativas.

Já sei o que vai acontecer: agora vêm os contributos todos de um plano de vinte mil milhões, vai aparecer um plano de quarenta mil milhões, toda a gente tem tudo a reivindicar. E, portanto, o próximo Governo que não se sabe quem é, e o próximo ministro que não se sabe quem é, do próximo Governo das eleições legislativas, há-de ter essa tarefa do plano. O que o Senhor Ministro nos quis dizer claramente é que é este o plano que existe, é este que está em discussão, registou claramente as nossas preocupações e as nossas prioridades, mas é isto que está em cima da mesa. O Senhor Ministro continua a defender, e penso que até com o objetivo de lançar a discussão, esta questão de dizer que não podemos deixar de fazer investimentos onde há oito milhões porque houve um presidente de uma CIM que disse que aquilo não era o Plano Nacional de Investimentos, era o Plano Litoral de Investimentos porque vai tudo praticamente para o litoral e ele respondeu a isso dizendo vai ter que se continuar a fazer investimentos onde há oito milhões de pessoas, quer se queira quer não, vão ter que se fazer esses investimentos. Registou que o interior precisa de investimentos estruturantes importantes mas também deixou bem claro que a prioridade de um plano destes que é a longo prazo, é para a ferrovia. Isto significa que nós não vamos ver nada. Não há aqui ferrovia, na CIM Terras de Trás-os-Montes, defendeu-se muito a reconversão da linha do Douro eletrificação e tudo mais, mas nós infelizmente não temos comboio aqui. Acho que todos os partidos concordam que seja de facto na ferrovia porque será o transporte do futuro. Aliás, o Senhor Ministro teve esta expressão. “Quando nós conseguirmos ligar o Porto a Lisboa numa hora tudo muda em Portugal do litoral”. Ele disse isto e nós sabemos que é assim porque nas grandes cidades europeias já é assim, as pessoas deslocam-se de avião para irem trabalhar todos os dias. O Senhor Ministro foi muito frontal: “eu não me vou comprometer absolutamente com nada. Concordo com as vossas exposições e reivindicações mas agora há uma coisa, e não se esqueçam, há restrição orçamental, não há dinheiro para isto tudo e quem vos disser que há mente”. Ainda por cima quando aquele PNI praticamente não vai ter fundos comunitários vai ser tudo do Orçamento do Estado, onde é que o orçamento Estado comporta aquilo tudo? com os problemas que há na saúde, na educação que são as grandes áreas ministeriais que levam quase o bolo todo do orçamento, são as tais despesas correntes. Depois não há dinheiro para o investimento. Se nós fossemos

ver a taxa de execução do investimento de capital do Governo também fica muito mais baixo, porque as despesas correntes absorvem-lhe praticamente todo o orçamento. A nossa preocupação continua a ser a mesma. Dizer-lhes e repetir o que disse há bocadinho, no dia vinte e um de março, esteve cá a comissão que vai avaliar o estudo de impacte ambiental e que é responsável pela emissão da declaração de impacte ambiental. A informação que eu tenho da Diretora de serviços da APA é que tem que estar cá fora até ao final de maio. A discussão pública termina no dia vinte e seis de março. Como sabem, estive um mês em discussão pública. Estive cá a empresa que ganhou o concurso que é um consórcio a TRIED e a TPF, estive cá gente ligada à APA, gente ligada ao ICNF, gente ligada à Direção Geral de Geologia e Energia e, portanto, todas aquelas áreas que têm que emitir parecer sobre o traçado. Percorremos todo o traçado, como lhes disse, andamos ali quatro ou cinco horas, um dia de março de muito sol. Fui conversando com a Engenheira Lúcia que é a presidente dessa comissão, pertence à APA. Fui tentando sensibilizá-la para o nosso grande problema. Ela chegou mesmo a perguntar: “Senhor Presidente mas porque é que isto é assim tão importante?” O que eu lhe disse foi que eram questões da educação porque nós não temos ensino secundário e temos que recorrer a maior parte das vezes a Bragança, questões da saúde porque isto serve um terço do distrito, serve Freixo, Mogadouro, Vimioso e Miranda do Douro. São quatro concelhos isto não é uma estrada para Vimioso é uma estrada para um terço do distrito, não é tão pouco quanto isso e depois é a questão de nós estarmos dependentes dos serviços que hoje ficam concentrados na capital de distrito. E, depois, disse claramente que é a questão da mobilidade porque eu não tenho dúvidas que se tivermos uma via para Vimioso, muita gente que trabalha em Bragança do nosso concelho, essas pessoas, tendo aqui habitação mais barata e tudo o mais conseguindo uma ligação rápida a Bragança, com transporte público, as pessoas podem ir de manhã e vir à tarde nos transportes públicos e viver nos seus territórios. Se nós conseguirmos fazer isso será muito bom para o nosso concelho, fixamos cá mais gente.-----
----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Muito obrigado Senhor Presidente de Câmara também por todo o trabalho e fico agradecido por isso, espero que continue de facto a lutar pelos interesses das gentes do concelho de Vimioso e é isso que nós todos devemos tentar fazer”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão. Disse: “Estou aqui porque algumas pessoas pensam que não resolvo as situações, eu luto em prol da minha aldeia, já dois anos que estou à frente da junta de freguesia de Santulhão, tento resolver as situações que existem na nossa aldeia. Muitas vezes, o plano que nós apresentamos no tempo de eleição, por vezes, é alterado e recorremos a outros assuntos que estão com mais algum interesse dentro da aldeia, que estavam a dar problemas na aldeia. Nós já resolvemos algumas situações, desde as cheias que existem dentro da aldeia e tentamos resolver da melhor forma possível. O nosso grupo político de Santulhão, em todas as reuniões, nunca tivemos oposição política. Não sei porquê. Foi convocado o Senhor Jonas, o Senhor Domingos, o Senhor Carlos Pinto, o Senhor Padrão. Neste momento, foi convocado para a última reunião o Senhor João. Até hoje, ainda ninguém foi presente nestas reuniões. Foi-me posto em causa que não tinha resolvido a situação do saneamento da coelheira com o Senhor Presidente. O problema que temos também para resolver na Rua do Penidelo do saneamento de duas pessoas e do parque para as crianças. Eu falei com o Senhor Presidente, estas três obras ficaram de ser resolvidas durante o mandato. Claro que o mandato não tem dois anos, são quatro anos. Nós temos andado a tentar resolver também a situação do cemitério, são coisas que se arrastam há vários anos. Já ouço falar destes problemas desde que sou criança e o Senhor Presidente disse-me que ia resolver estas situações. Eu acho que temos feito um bom trabalho a nível de junta de freguesia, temos mantido a aldeia sempre limpa todo o ano, limpezas em calejas que nunca foram limpas em tempo algum, limpeza de florestas. Hoje temos seiscentos sobreiros limpos que vão produzir cortiça nos próximos anos. Vamos também limpar a nossa tapada de pinhos ainda não conseguimos, pois o dinheiro também não chega para tudo. E temos resolvido algumas situações internas da aldeia, eu penso que o Senhor Presidente pode falar alguma coisa sobre isto, todas as coisas que lhe peço e algumas resoluções estão pedidas e acho que vão ser resolvidas nos próximos anos”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “De facto, nós temos de definir prioridades e vamos fazer investimentos em todas as localidades, como nos comprometemos é isso que deve ser feito, eu não posso chegar ao pé do Governo dizer que se esquecem os concelhos pequeninos e depois

aqui dentro fazer a mesma coisa. Santulhão nem sequer é das pequeninas, é a maior aldeia do concelho. Também vamos fazer e temos procurado colaborar e resolver, sendo que por exemplo nós já adquirimos o terreno para o cemitério que foi um investimento significativo. Estas questões do saneamento da coe-lheira, é à entrada de Santulhão do lado esquerdo, é isso a que se está a referir é essa situação. Nós, tecnicamente, estamos a analisar. Já me deslocuei lá consigo e com outro elemento da junta. Temos que ver se conseguimos fazer a ligação ou se vamos optar por uma fossa séptica e, depois, recolher a fossa, porque aquela ligação implica vir por baixo da estrada, há ali investimentos que nós não sabemos se serão tecnicamente possíveis e o investimento que se faz pode ser muito grande. O que me dizem, os nossos técnicos é que eventualmente estão ali cerca de seis ou sete habitações. O que nós estamos a tentar é ver se encontramos ali um terreno onde nós possamos instalar uma fossa séptica que, depois, os serviços da câmara irão lá despeja-la porque é uma zona da aldeia que está um bocadinho mais distante do núcleo urbano. Quanto à questão do Penidelo, acho que se refere aquela questão que há lá pessoas e às vezes entope o saneamento, vem para trás e não há ali queda. Nós já falamos com os particulares, no sentido de nos deixarem colocar uma conduta de saneamento pelos terrenos particulares, não há outra hipótese. A outra hipótese que existe, que há muita gente que faz isso no concelho, é eles terem uma pequenina fossa que até pode ser na rua, e depois é bombeado para onde tiver queda o saneamento. São essas as duas soluções técnicas que existem, mas enquanto não houver preto no branco, autorização para entrar em terrenos privados, obviamente que nós não podemos fazer esse trabalho. Quanto ao jardim infantil, o senhor presidente da junta sabe que nós andamos a estudar outros investimentos para Santulhão e acho que estes investimentos hão-de ser feitos, todos em conjunto, para articular que investimentos é que hão-de ser feitos. Já agora, ressalvo a problemática dos jardins ou dos parques infantis, houve uma formação para dois técnicos da câmara com a ASAE". -----

----- **Ponto três) – PERÍODO PÓS ORDEM DO DIA.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal
